

A parceria entre organizações de produtores e equipe de pesquisadores: a pesquisa participativa no PAET

*Christian Castellanet**

*Juliete Alves***

*Bernard David****

RESUMO

O PAET - Programa Agroecológico da Transamazônica - é a concretização de uma parceria estreita entre uma equipe pluridisciplinar de pesquisadores oriundos de várias instituições - o LAET - Laboratório Agroecológico da Transamazônica - e uma organização reunindo movimentos populares da Região da Transamazônica, principalmente organizações de produtores familiares - o MPST - Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica -. Esta parceria baseia-se num trabalho de pesquisa-desenvolvimento participativo entre pesquisadores e produtores na perspectiva de desenvolver uma agricultura familiar sustentável e uma melhor gestão dos recursos naturais. Depois de ser colocado o contexto institucional e os princípios básicos que fundamentam este programa, apresentam-se os primeiros resultados, analisando a problemática da participação das organizações de produtores no processo de pesquisa e a construção de um diálogo entre produtores e pesquisadores como contribuição à elaboração de uma política regional de desenvolvimento sustentável. A partir disso, a discussão final tenta analisar alguns pontos da metodologia da pesquisa participativa e ressalta a importância das organizações de produtores na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The Agro-Ecological Program for the Transamazonian region (P.A.E.T) is the result of a strong partnership between a multidisciplinary research team (the Agro-Ecological Laboratory of Transamazonian, L.A.E.T), and a local non-governmental organization (the Movement for Transamazonian Survival, M.P.S.T.) since 1993. MPST is a federative-type organization, representing various people's organizations from the Transamazonian region, motly small farmers organizations. This partnership is based on common research/development activities using participatory methods, and aims at developing a more sustainable agriculture and a better management of natural resources. In the first part, the basic principles and institutional background of this program are described. The first results are then presented, and the process of

* Agro-ecólogo, GRET/LAET.

** Socióloga, UFPA - CAMPUS DE ALTAMIRA/LAET.

*** Agrônomo, GRET/LAET.

progressive building up of a real communication link between farmers organizations and research institutions are also discussed from a socio-political perspective. Finally, important aspects of participatory research methods are highlighted, and the importance of working with farmers organizations in a program aiming at sustainable development is emphasized.

1. INTRODUÇÃO

1.1 O Contexto institucional

O Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica - MPST - foi criado em 1991, após várias lutas históricas na Região. Seu papel principal é “articular e assessorar todo o movimento social da Região, com a finalidade de propor uma nova política de desenvolvimento econômico, social e Agroambiental para a Transamazônica, a partir dos pequenos e médios produtores”¹. Logo no início, o MPST organizou um grande acampamento em Altamira de mais de 2000 pessoas, durante uma semana, para discutir um projeto global de desenvolvimento para a Região e elaborar uma estratégia frente aos poderes públicos para reivindicar os seus direitos. Na preparação deste evento, se fez clara a necessidade de um apoio técnico à elaboração dessa nova política e nasceu a idéia de haver uma estrutura que pudesse assessorar os movimentos populares com pesquisas para o desenvolvimento e apoiar a capacitação de recursos humanos para gerenciar esses projetos (MPST 1991). Através de contatos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado - FETAGRI - que conhecia a experiência do Centro Agroambiental do Tocantins - CAT, em Marabá-Pará, uma delegação se dirigiu à Coordenação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA - da Universidade Federal do Pará - UFPA, que coordenava este programa, cuja base era a ligação estreita entre um grupo de pesquisadores-professores e organizações de camponeses. Foram organizadas visitas à Marabá e essa idéia inicial de criar um “CAT na Transamazônica” foi amadurecendo até a criação, em 1993, do PAET - Programa Agroecológico da Transamazônica, fruto de uma parceria estreita entre uma equipe de pesquisadores interdisciplinar

¹ O MPST é composto, hoje, de 3 setores: Agricultura, Sindical e Movimentos Populares e Formação. Atualmente o MPST conta com a participação de 25 associações e 4 cooperativas de produtores rurais, 10 sindicatos de Trabalhadores rurais, Sindicatos de professores e agentes de saúde, Movimentos de mulheres, jovens e negros.

e interinstitucional - o LAET - Laboratório Agroecológico da Transamazônica², e o MPST, ou mais precisamente o seu Setor de Agricultura (LAET, 1993). O objetivo geral do PAET, como formulado durante o 1º Seminário de Planejamento Estratégico do PAET, reunindo a equipe de pesquisa e um representante da coordenação do Movimento, é:

“Contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável, a longo prazo, e a melhor gestão dos recursos naturais, através de um programa de pesquisa-formação-desenvolvimento participativo na Transamazônica, baseado numa parceria permanente entre as organizações representativas dos agricultores familiares (“trabalhadores rurais”) e uma equipe interdisciplinar de pesquisa e pesquisa-desenvolvimento envolvendo instituições de pesquisa, ensino, desenvolvimento nacionais e internacionais e órgãos territoriais.” (LAET-MPST 1994).

Um dos princípios fundamentais dessa parceria é a participação das organizações de produtores nos programas de pesquisa e pesquisa-desenvolvimento e dos pesquisadores nas propostas de desenvolvimento das organizações.

1.2 Um grande potencial: o projeto regional do Movimento

É importante ressaltar que o PAET foi implantado num contexto onde as organizações populares da Transamazônica já tinham conduzido um processo de reflexão sobre o desenvolvimento regional. O fracasso da colonização dirigida e o abandono quase total da Região por parte dos poderes públicos colocaram as populações da Transamazônica numa situação mais que precária. Apoiadas pela Igreja Católica e baseadas num segmento mais vigoroso, politicamente, da agricultura familiar local, nasceram as primeiras organizações defendendo os interesses dos pequenos produtores. Desde o final dos anos 80, essas organizações conseguiram ser o elemento aglutinador das bandeiras de luta na Região, dinâmica que se concretizou com a criação do MPST em 1991 (MPST 1993, HEBETTE 1994). Desde o início, essas lutas abrangiam um leque

² O LAET reúne 2 sociólogos, 1 geógrafa, 5 agrônomos, 1 economista, 1 bióloga (atualmente 6 estão permanentemente em Altamira) oriundos de instituições brasileiras: UFPA - Universidade Federal do Pará -, CPATU/EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Belém - e francesas: GRET - Groupe de Recherches et d'Echanges Technologiques -, CIRAD - Centre International en Recherche Agronomique pour le Développement.

amplo de reivindicações mas, foi realmente no acampamento realizado em Altamira, em junho de 91, que foi elaborado um "Projeto Global de Desenvolvimento da Região da Transamazônica" considerando a agricultura, a questão fundiária, a saúde, a educação, a urbanização, as estradas, a energia e o crédito bancário (MPST 1991). Os objetivos deste projeto eram:

- Garantir a participação da população no processo de desenvolvimento global da Região Amazônica (...),
- Desencadear um processo de discussão na sociedade como um todo, tendo em vista um novo projeto de desenvolvimento alternativo para a Transamazônica, sem agredir o meio ambiente, promovendo a pessoa humana e garantindo melhorias sócio-econômicas às populações mais sofridas;
- Agregar todos os segmentos sociais (...).

Esse programa foi a base das negociações do MPST com os órgãos públicos e as autoridades políticas (notadamente o crédito agrícola através do FNO Especial), implementação de experiências alternativas (mini-indústrias, consórcios agroflorestais, ...) e preparou o campo de trabalho onde a pesquisa participativa pode atuar hoje como um dos elementos para a construção de uma agricultura sustentável.

1.3 Os princípios básicos da proposta de pesquisa-desenvolvimento do PAET

A proposta inicial do PAET foi elaborada pelas instituições de pesquisa a partir dos princípios básicos da metodologia de pesquisa-desenvolvimento. A construção das linhas de atuação do programa resulta de uma definição conjunta entre produtores e pesquisadores baseada nas demandas dos produtores e na análise da realidade local a partir de diagnósticos preliminares (BORY e PAUL 1991 PILLOT 1987).

O LAET pretende fazer uma pesquisa participativa, isso quer dizer, onde os produtores estão associados, desde a definição dos objetivos de pesquisa, até a restituição dos resultados e a análise da sua validade e das conseqüências para os projetos dos produtores (RHOADES e BOOTH 1982. CHAMBERS et al 1989). A pesquisa participativa passa por um processo interativo (cíclico) com 4 etapas principais (Figura 1).

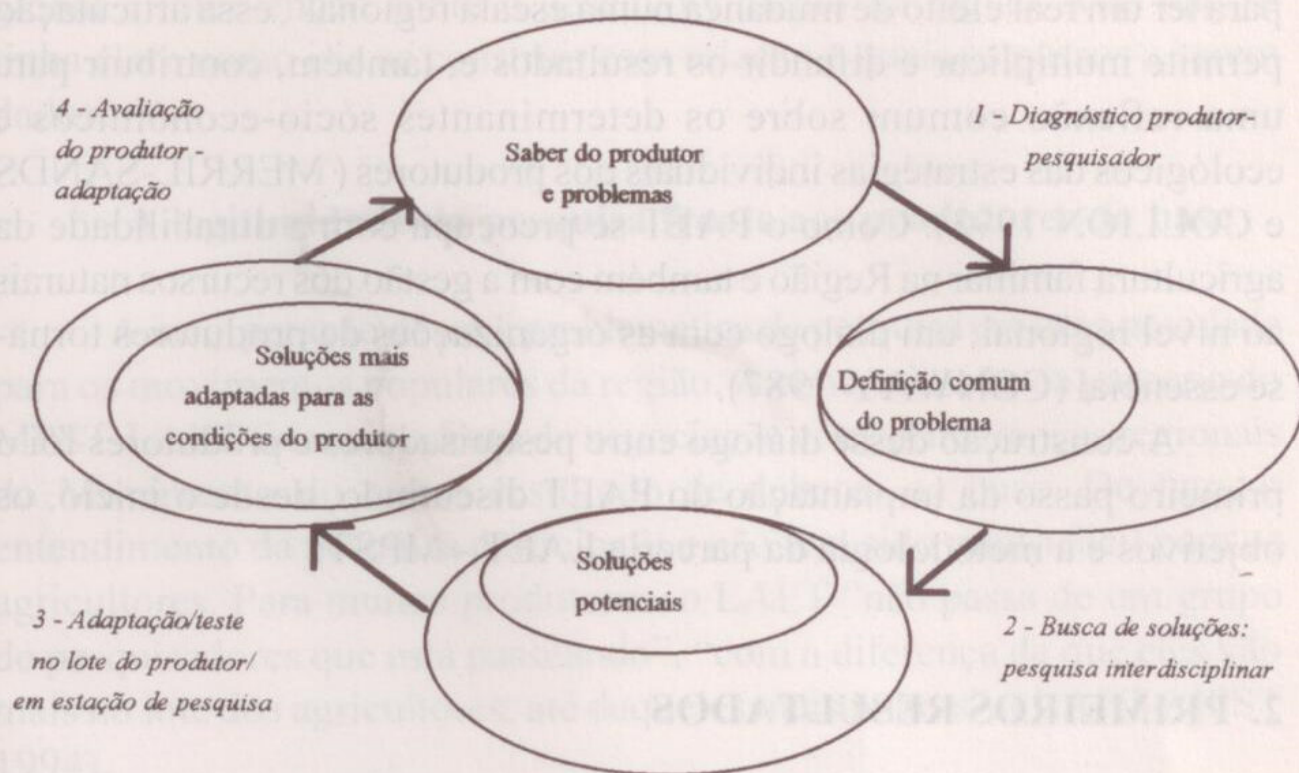


Figura 1. Processo iterativo da pesquisa participativa (Rhoades e Booth, 1992)

Este tipo de pesquisa tem como objetivo fortalecer as dinâmicas democráticas, a capacidade de os produtores influírem sobre o seu desenvolvimento elaborando, conjuntamente, pesquisadores e produtores, o conhecimento da realidade, a busca de alternativas e a implementação das soluções. A pesquisa participativa atua nos processos de transformação da sociedade em compromisso com os atores locais, ou mais precisamente, no caso do PAET, com os produtores familiares da Transamazônica. Isso significa estabelecer uma verdadeira parceria com os produtores, com respeito e confiança mútuos.

Para isto, foi criada **uma equipe de pesquisadores permanente no campo**. Essa equipe estabeleceu, através de um convênio, **uma parceria privilegiada com as organizações representativas dos produtores** representadas, nesse caso, pelo MPST. A existência desse contrato claro com os produtores é fundamental para a definição das pesquisas, fazendo com que essas estejam realmente de acordo com as prioridades dos produtores o que, muitas vezes, não é o caso na pesquisa acadêmica e temática (BELLON et al 1985). Na pesquisa-

desenvolvimento, que pretende atingir o maior número de produtores para ter um real efeito de mudança numa escala regional³, essa articulação permite multiplicar e difundir os resultados e, também, contribuir para uma reflexão comum sobre os determinantes sócio-econômicos e ecológicos das estratégias individuais dos produtores (MERRIL-SANDS e COLLION 1993). Como o PAET se preocupa com a durabilidade da agricultura familiar na Região e também com a gestão dos recursos naturais ao nível regional, um diálogo com as organizações de produtores torna-se essencial (CONWAY 1987).

A construção desse diálogo entre pesquisadores e produtores foi o primeiro passo da implantação do PAET discutindo, desde o início, os objetivos e a metodologia da parceria LAET - MPST.

2. PRIMEIROS RESULTADOS

Hoje, seria ainda cedo para apresentar e discutir resultados concretos destes trabalhos iniciados há menos de 2 anos. Através dessa contribuição, propõe-se subsidiar, a partir da análise de casos concretos, uma discussão sobre a problemática da participação das organizações de produtores no processo de pesquisa e a construção de um diálogo entre produtores e pesquisadores como contribuição à elaboração de uma política regional de desenvolvimento sustentável.

2.1 A construção da parceria

- A falta de clareza inicial dos parceiros

Depois dos contatos preliminares que se desenvolveram em 1992 e início de 1993, foi assinado o convênio entre o MPST e o LAET em agosto de 1993. Mas esse contrato foi uma proposta da equipe de pesquisa, sem que talvez o MPST visse claramente todas as implicações dessa parceria e o que significaria concretamente essa aliança entre pesquisadores e agricultores.

Por parte do LAET, atribuiu-se importância a essa parceria, que permitiria associar de maneira estreita pesquisadores, agentes de

³Na Região de atuação do PAET, que vai de Rurópolis até Novo Repartimento, num trecho de aproximadamente 700 km de Transamazônica reunido 10 municípios, o número de produtores familiares é avaliado entre 30 000 a 40 000.

desenvolvimento e produtores rurais em um processo comum de análise global e intervenção sobre o desenvolvimento da região. Mas não se tinha claro como iria se construir essa relação e quais os passos a serem dados.

- A legitimidade da pesquisa frente aos produtores da base

A incorporação de uma problemática de pesquisa era uma novidade para os movimentos populares da região. A concretização da parceria do MPST-LAET foi mais o fruto da negociação com as lideranças regionais do Movimento do que o resultado de debates na base. De fato, o entendimento da pesquisa participativa não tem sido muito fácil para os agricultores. Para muitos produtores, o LAET “não passa de um grupo de pesquisadores que está passeando”, “com a diferença de que eles vão mais no lote dos agricultores, até daqueles mais pobres”. (LAET-MPST 1994).

Por parte dos produtores, há uma certa resistência em trabalhar com pesquisadores: “eles pegam muitas informações, prometem muitos resultados, e nunca mais aparecem”. Mesmo nos casos onde eles voltam realmente para apresentar as suas conclusões, os produtores têm a sensação de que eles esconderam alguns resultados, porque as apresentações descrevem problemas, muitos deles, já conhecidos, sem trazer soluções concretas. Essa resistência não é só retórica: aconteceu pelo menos um caso na região quando uma equipe de pesquisadores chegou sem avisar na sede de um município, chamou os agricultores para participar de uma reunião e enfrentou a rejeição, por parte dos produtores, porque não soube responder claramente à pergunta: “Para que vai servir essa pesquisa? Vocês vão resolver os nossos problemas com isso?”.

Este problema é também enfrentado pelo LAET. Entretanto, o fato de ter escolhido criar uma equipe de pesquisa permanente, sediada na região, teve uma importância fundamental para estabelecer uma verdadeira relação de parceria e de confiança entre produtores e pesquisadores. Os produtores sabem encontrar os pesquisadores e, pelo menos, podem cobrar deles resultados mais tangíveis e esperar algum retorno. Neste caso, parece aos produtores que a equipe está realmente apostando no futuro da região, pois se ela não obtém resultados daqui a alguns anos, a sua responsabilidade vai ser óbvia, e os pesquisadores podem ser criticados diretamente e até serem rejeitados pela comunidade local.

2.2 A comunicação pesquisador-produtor

- As dificuldades na comunicação

Para ilustrar essas dificuldades e identificar alguns “momentos chaves” dessa comunicação, se escolheu para efeito de análise, alguns momentos do trabalho vivenciados pela equipe do PAET. Dentro da proposta de pesquisa participativa, um dos momentos mais importantes de comunicação entre pesquisadores e produtores situa-se nas restituições da pesquisa organizada conjuntamente entre LAET e MPST. Normalmente, depois de qualquer pesquisa discutida conjuntamente, os pesquisadores se comprometem a apresentar os seus resultados para as pessoas pesquisadas e suas organizações. Os objetivos principais são:

- verificar se as observações da pesquisa correspondem à realidade local (questões de representatividade dos entrevistados, de confiabilidade dos dados e de interpretação dos pesquisadores).

- repassar (socializar) e criticar as conclusões dessa pesquisa. De um lado, os pesquisadores podem estar errados nas suas conclusões, e os agricultores podem ajudar a retificar esses erros, incorporando novas hipóteses, idéias, fatos esquecidos ou não conhecidos pelos pesquisadores. Por outro lado, as comunidades estudadas podem apropriar-se de novos pontos de vista oriundos da pesquisa e incorporá-los às suas estratégias.

- discutir juntos a próxima fase da pesquisa-ação, com base nestas conclusões comuns.

Como exemplo dessa restituição aos agricultores a equipe de pesquisadores apresenta os seus resultados na forma gráfica (desenhos simples), constatando-se uma melhoria acentuada na comunicação.

Observou-se em várias oportunidades que os pesquisadores têm uma tendência a subestimar o trabalho de preparação das restituições e precisam fazer um esforço especial para apresentar o seu trabalho em uma linguagem acessível aos produtores. Desenhos simples, como foi mostrado na restituição de um diagnóstico preliminar na Região de Anapu, podem ajudar a identificar, de forma concreta, os problemas da Região e subsidiar uma discussão sobre as prioridades de desenvolvimento. A presença de especialistas da área de ciências humanas dentro de uma equipe interdisciplinar pode ajudar a superar essa dificuldade (RHOADES e BOOTH 1982).

O tempo dos agricultores e a importância das avaliações:

Em um seminário organizado por várias instituições de pesquisa e de desenvolvimento da região em agosto de 1994 (LAET-MPST 1994), a equipe do LAET tentou preparar uma apresentação sintética do trabalho de diagnóstico agrônômico. Foram preparados cartazes (suportes visuais) sobre a diversidade de produtores (Tipologia) encontrados nessa pesquisa. Para demonstrar concretamente a aliança entre o LAET e o Movimento, dividiu-se a apresentação entre pesquisadores e lideranças dos agricultores. Infelizmente, houve uma contradição entre essa intenção pedagógica para os agricultores presentes, e o fato que se queria também, apresentar resultados com uma certa credibilidade científica, para os pesquisadores das outras instituições presentes. O tempo limitado destinado à apresentação dos resultados da pesquisa (uma hora), obrigou a coordenação do seminário a adotar um ritmo muito rápido de apresentação oral, não permitindo aos agricultores acompanhar a palestra, desmotivando-os e provocando um descontentamento com os organizadores do seminário, que não deixaram espaço suficiente para os agricultores se expressarem.

Este exemplo, mostra que não foram bem avaliadas as possibilidades de apresentações efetivas (adequação entre tempo necessário para restituir a pesquisa e o tempo suficiente para não cansar um auditório que quer participar). Muitas vezes, o técnico quer cumprir um certo programa a qualquer custo, e passa a não perceber a necessidade de respeitar o ritmo dos agricultores. Outro fato ocorrido nesse seminário e que ilustra essa falta de sintonia entre pesquisadores e produtores, foi a não previsão de um tempo para as "piadas" que os agricultores costumam contar em grupo, quando observam que a atenção está baixa. Vale a pena ressaltar que essas observações e sugestões foram feitas pelos agricultores dentro de uma pequena avaliação entre agricultores, organizada pelo MPST no fim do primeiro dia do seminário. Quando foi proposto apresentar essa avaliação em plenária no dia seguinte, os organizadores-pesquisadores se sentiram afetados por essa avaliação não prevista, e não deixaram novamente espaço para os mesmos exporem essas críticas em público. Isso demonstra a importância de uma preparação realmente conjunta da restituição para definir claramente quais são os objetivos de cada um e permitir o respeito ao ritmo dos produtores.

2.3 A restituição das pesquisas: um momento fundamental na pesquisa-ação

A dificuldade de comunicação é maior quando se trata de pesquisas mais básicas, como no caso do diagnóstico preliminar da agricultura, que se traduz por uma tipologia e caracterização dos vários tipos de estabelecimentos (do ponto de vista dos "sistemas de produção"), analisando, particularmente, as estratégias principais dos agricultores⁴.

Se esse trabalho é bem feito, os agricultores podem ter a impressão de que a pesquisa só apresenta "o óbvio". Quer dizer, se o pesquisador realmente conseguiu entender as racionalidades dos produtores, ele vai explicar coisas bem óbvias para os interessados. A única diferença, porém, é que esta análise é apresentada de uma forma explícita e sistematizada que, geralmente, o produtor não conseguiu fazer (talvez porque ele não precise!). Do outro lado, o diagnóstico pode quantificar certos aspectos do real ao nível das comunidades, podendo ser muito útil para definir prioridades posteriores de pesquisa-ações ou mesmo para a discussão das próprias organizações de produtores.

- A restituição como diálogo "conscientizador" para os produtores e suas organizações

O potencial das restituições de pesquisas básicas para apoiar a definição de estratégias claras e objetivas por parte dos produtores organizados ou, pelo menos, por parte de grupos de produtores, pode ser ilustrado no seguinte exemplo:

A restituição expando as contradições:

Depois de um seminário de apresentação de resultados de uma pesquisa do CPATU/CIRAD sobre o manejo do gado em Uruará, onde participou um grande número de produtores manifestando um forte interesse para o desenvolvimento dessa produção, os representantes sindicais declararam que eles ficaram impressionados com o número de participantes e com os resultados apresentados (mostrando que 98 %

⁴ Uma função importante desses diagnósticos, do ponto de vista dos pesquisadores, é servir de base na definição de pistas prioritárias de pesquisas aplicadas (ou pesquisa-ações) susceptíveis de dar resultados mais imediatos e visíveis e, por conseqüência, de fortalecer a aliança pesquisadores-produtores através de uma melhor imagem da pesquisa-ação para os produtores.

dos produtores queriam investir no gado). Eles se deram conta, de forma concreta, do aumento rápido da pecuarização na região, por eles já suspeitado, mas nunca observado de forma tão clara. A afirmação pragmática da maioria dos produtores entrevistados de que "O gado é ruim para a região (desmatamento crescente e concentração de terra) mas é bom para mim" (poupança- segurança em caso de necessidade imediata) põe em xeque o discurso ambientalista do MPST.

Contudo, é importante ressaltar que essas observações são ainda preliminares e não permitem concluir sobre o impacto efetivo dessas restituições sobre as organizações locais. Observa-se, entretanto, que se desenvolveu todo um debate no MPST sobre o impacto dos créditos do FNO depois de uma apresentação do diagnóstico da agricultura pelo LAET, em Dezembro 1994, no momento do seminário anual do PAET. Inicialmente houve forte resistência da parte de algumas lideranças em admitir que o FNO podia contribuir para a pecuarização. Na Assembléia Geral de janeiro, já houve uma mudança nos discursos e a Assembléia manifestou uma forte preocupação com essa tendência. Seria exagerado pretender que tudo fosse o resultado da restituição da pesquisa, mas na base de conversas informais parece que esta restituição teve uma certa importância.

- A restituição das pesquisas: uma ferramenta para questionar as relações de poder entre vários grupos sociais

A apresentação de resultados de pesquisa básica pode, em algumas circunstâncias, ter um certo efeito sobre as relações entre vários grupos sociais com interesses diferenciados. Foi observado, por exemplo, que uma apresentação do diagnóstico do LAET sobre o uso dos recursos naturais no Município de Uruará, durante uma conferência municipal organizada por um conjunto de instituições locais e patrocinada pela Prefeitura, traduziu-se em uma certa mudança das relações de poder entre representantes dos madeireiros e representantes dos colonos e dos órgãos técnicos mais críticos, em favor dos últimos. Num contexto onde há uma forte pressão para a autocensura, (por medo da repressão violenta, inclusive porque algumas grandes madeireiras chegaram no Município com o seu pessoal, incluindo pistoleiros), a capacidade de "falar a verdade" (o "óbvio") pode permitir uma mudança, mesmo temporária, nas relações de poder.

No caso de Uruará, a necessidade de tratar da questão madeireira

foi incluída nas conclusões publicadas da Conferência e isso, talvez, tenha sido um fator determinante para a decisão do Prefeito de pedir a criação de uma reserva madeireira ao INCRA e de denunciar oficialmente as atividades madeireiras incontroláveis em nível do Município. Mas observa-se que, seis meses depois da Conferência, o início de colaborações entre os atores locais está ainda frágil, principalmente por causa da fraqueza das organizações da sociedade civil e, particularmente, dos agricultores, que deveriam ser, no nosso ver, o motor principal dessa parceria, na medida que eles são os primeiros interessados nos resultados.

O poder da palavra pública:

Em um outro caso, o resultado de uma pesquisa realizada com todos os agricultores de uma vicinal foi apresentado durante uma festa da comunidade. O primeiro objetivo foi de reunir agricultores de vários grupos que normalmente não se encontravam, por razões geográficas (nesse caso, o transporte foi organizado pelo LAET) ou políticas, junto com representantes das organizações de produtores da Região. O segundo foi de apresentar, de uma forma visual, o processo recente, mas contínuo, de concentração fundiária nesse travessão. Apareceu, bem nitidamente, que mais de 30% das terras já estavam na mão de um único dono, também comerciante em Altamira e atravessador na vicinal. Acontece que esse comerciante tem uma influência considerável na comunidade, através de relações de dependência, posto que a maior parte dos agricultores trabalha para ele fazendo derrubadas em sua fazenda, ou comprando "fiado" no seu supermercado.

Este comerciante mandou o seu representante (o gerente da fazenda) a reunião, com o objetivo claro de impedir a discussão coletiva. Ele conseguiu parcialmente, o seu intento porque monopolizou a palavra e criou várias polêmicas, mas não conseguiu impedir um debate público sobre essa questão e sobre a idéia por ele colocada que "só os preguiçosos vendem as suas terras" (na verdade, apareceu em vários depoimentos que fatores de saúde dentro das famílias foram muitas vezes determinantes para forçar essas vendas). Apesar da discussão não ter sido mais profunda, parece provável que isso foi um momento importante para a comunidade e para os representantes de produtores também. Aqui, o fato de poder falar em público, com dados objetivos de dinâmicas conhecidas empiricamente por todos, mas não discutidas em nível coletivo, aparece como um dos fatores que pode apoiar a formação de uma nova

“consciência coletiva”.

2.4 A dialética necessária entre curto e longo prazo

Na parceria há uma certa dificuldade de elaborar um programa de desenvolvimento a longo prazo para a região, posto que, diante de demandas muitas vezes imediatas, os agricultores exigem respostas rápidas. Observa-se uma certa contradição entre a preocupação das lideranças das organizações com o longo prazo e a pressão da base para conseguir projetos que respondam às suas necessidades imediatas. A própria pesquisa não escapa dessa tensão, como se notou no caso do acompanhamento da introdução da mecanização e da tração animal, onde a postura da pesquisa se negando a “avalizar a priori” uma prática nova para a região, opondo-se à demanda dos produtores de introduzir rapidamente a mecanização motorizada⁵.

A elaboração de um projeto de desenvolvimento global, regional e de longo prazo exige um processo de discussão-interação permanente entre as organizações e as suas bases. Depois das grandes mobilizações do início dos anos 90 e das negociações com os poderes públicos, os movimentos camponeses conseguiram algumas conquistas, por exemplo, o acesso ao crédito subsidiado - FNO Especial - que, para os pequenos produtores, é considerado como a mais significativa. Em pouco tempo de existência o número de organizações membros do Movimento cresceu muito. Esse crescimento, principalmente do número de associações, deu-se pela obrigação por parte dos pequenos produtores, de serem sócios de uma associação ou cooperativa para ter acesso ao financiamento. A adesão crescente dos produtores às organizações se deve muito mais a uma necessidade pragmática com visão imediatista, do que a uma adesão aos princípios associativos. As organizações e, principalmente, o MPST, se concentraram no gerenciamento e na viabilização a curto prazo dessas conquistas, deixando de lado o debate sobre o projeto regional e a sua atualização. Se hoje a necessidade de retomar esse diálogo com a base faz-se evidente para as lideranças, precisa-se analisar o novo contexto econômico e político da agricultura familiar regional para recolocar a atuação das organizações de produtores e as suas contribuições a um desenvolvimento sustentável (HÉBETTE 1994).

⁵ Ver as contribuições de A. SIMÕES e H. SCHMITZ neste mesmo número.

2.5 O desenvolvimento de uma estratégia conjunta.

A experiência da planificação estratégica das atividades do PAET, que reúne a equipe de pesquisa e a coordenação do Movimento foi extremamente rica e ajudou, tanto aos agricultores como aos pesquisadores a clarear alguns conceitos-chaves para escolher uma estratégia clara de pesquisa dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Foi, por exemplo, em um desses encontros que se descobriu que o objetivo inicial do LAET de contribuir para um "melhor gerenciamento dos recursos naturais" não tinha muito sentido do ponto de vista dos agricultores da região, pois a questão central era realmente a perspectiva de desenvolvimento "a longo prazo" da região (a palavra "sustentável" foi descartada, por não ser bem entendida para os agricultores). A preocupação com o futuro da região envolvia, necessariamente, uma preocupação com uma melhor gestão dos recursos naturais, mas como uma consequência e não com um objetivo em si (LAET-MPST 1994). A partir desse ponto-chave, tornava-se possível pensar uma estratégia mais clara e mais lúcida das organizações de produtores e do PAET a longo prazo. Considera-se que isso faz parte também do processo de desenvolvimento, entendido como mudança social.

É bom observar, aqui, que a equipe de pesquisa se beneficiou com o intercâmbio com os produtores de diversas formas. A mais óbvia foi a possibilidade de obter informações diretamente dos grupos organizados, para mapear rapidamente informações geográficas, por exemplo: o tamanho dos "travessões" e o nível de exploração madeireira já realizada em um determinado município (ver o Relatório da Conferência de Uruará, 1994). Em outros casos, informações técnicas importantes foram passadas pelos produtores aos pesquisadores, por exemplo, a existência de experiências de manejo rotativo de pastos bem sucedidas no Município de Altamira. Mas parece que os benefícios maiores da parceria se deram na discussão das propostas de pesquisa-ação em áreas específicas, tais como mecanização, exploração madeireira, etc. Ainda não foi analisada de forma exaustiva a contribuição dos agricultores à pesquisa, mas percebe-se pela maioria dos membros da equipe de pesquisa, que essa contribuição foi altamente significativa.

3 . DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Nesse artigo foram discutidas principalmente, as relações entre três grupos: a equipe de pesquisa , as lideranças do MPST e a base. A partir das primeiras observações, parece possível se tirar dois tipos de observações e conclusões, primeiro sobre a metodologia da pesquisa participativa em parceria, e segundo sobre os resultados e o potencial do programa conjunto, alvo dessa parceria.

3.1 Sobre a metodologia da pesquisa participativa

- A legitimidade da pesquisa para a base

Para estabelecer uma certa “legitimidade” da pesquisa para os agricultores da “base”, as pesquisas empreendidas devem fornecer informações ou idéias úteis do seus próprios pontos de vista, ou seja, responder a algumas perguntas que os mesmos têm, permitir resolver problemas imediatos, ou ajudar a clarear debates atuais entre agricultores. Isso não significa que a pesquisa deva restringir-se a esses pontos, mas que esses aspectos devam ser necessariamente contemplados.

Para manter uma relação de confiança com os produtores, precisa-se iniciar simultâneamente atividades de pesquisa básica que permitam, de um lado, uma melhor apreensão da realidade da região pelos pesquisadores e, do outro lado, a sistematização de um conhecimento empírico e fragmentário dos produtores (o diagnóstico preliminar da agricultura) e pesquisas aplicadas para responder às demandas mais imediatas dos produtores (BELLON et al 1985). No caso do PAET, iniciou-se, por exemplo, um acompanhamento do projeto de introdução da tração animal e da mecanização, e uma reflexão sobre a formação de jovens agricultores pela pedagogia de alternância.

O outro elemento importante dessa legitimidade é a circulação efetiva da informação dentro do Movimento, para fazer conhecer as atividades realizadas em locais específicos ao nível regional.

- A concepção dialética da parceria

Ainda é muito comum no Brasil quando se fala em de pesquisa participativa conceber uma relação integrativa entre pesquisador e agricultor (SCHAFF 1983). Na integração, aos poucos, seriam superadas

as dificuldades e diferenças. Porém, essa concepção não modificou as dificuldades da relação e as contradições permaneceram na pesquisa participativa (BRANDÃO 1986). Por outro lado, existem várias "intensidades" de participação dos produtores - da simples entrevista no campo para preencher um questionário à construção conjunta de uma problemática de trabalho - porém, o que realmente pode ser qualificado de pesquisa participativa? É simplesmente uma troca de informações entre pesquisadores e produtores para melhorar a eficiência da pesquisa, ou uma tentativa para transferir um certo poder de controle às populações locais sobre a pesquisa e seus resultados? (O'BRIEN e FLORA 1992).

Aqui, vamos colocar mais um elemento para ser discutido na construção desse diálogo: a relação dialética e o reconhecimento da diferença como componente importante na construção da pesquisa participativa. A compreensão desse fato se dá, primeiramente, no reconhecimento de que a relação de parceria envolve vários níveis de relações interpessoais com interesses e estratégias diferenciadas, marcados pela situação sócio-econômica e cultural de cada um e dos vários grupos ou instituições envolvidos. Por exemplo, a necessidade do reconhecimento acadêmico por parte dos pesquisadores pode entrar em contradição com os interesses dos agricultores, que esperam soluções rápidas aos seus problemas concretos. A tendência dos pesquisadores é de priorizar a produção do saber acadêmico sobre as atividades de desenvolvimento, incluindo restituições e diálogo com os agricultores, formações, apoio técnico para a elaboração de projetos, etc ...

Resumindo, a questão da parceria entre pesquisadores e produtores deve ser analisada em termo da relação de poder entre (pelo menos) dois grupos sociais distintos, com interesses específicos, que podem coincidir só em parte (LONG e VILLAREAL 1994).

- A construção progressiva da metodologia

Uma vez reconhecida esta situação, como estabelecer um diálogo capaz de concretizar-se em ações conjuntas? Na concepção dialética as contradições fazem parte da dinâmica do conhecimento e o resultado concreto desse trabalho se dá através da negociação permanente de certos pontos de vista, de certas estratégias, que possam levar a um programa comum de desenvolvimento, sem contudo deixar de reconhecer no parceiro, uma história, uma prática e uma educação diferenciada.

A conclusão é que a parceria pode se tornar frutífera para ambos

os lados, na medida em que se reconhece a diferença profunda de interesses entre pesquisadores e produtores, e que se estabelecem regras, formais ou informais que permitam equilibrar a relação de poder, e negociar atividades conjuntas de interesse mútuo. Uma das condições do sucesso dessa negociação, e geralmente do bom andamento das atividades conjuntas, é de estabelecer uma boa comunicação. Nessa área também deve-se reconhecer primeiro a diferença fundamental das línguas, baseada não só em vocabulários e conceitos diferentes, mas também em visões da realidade e valores diferentes. Isso não implica a impossibilidade da comunicação, mas significa que ela deve ser trabalhada, deve ser o objeto de um aprendizado dos dois lados para tornar-se eficiente e superar essas dificuldades (DRINK WATER 1994). Esse duplo processo de construção de uma parceria equilibrada, e de aprimoramento da comunicação necessita o estabelecimento de uma parceria de longo prazo entre os dois grupos. Espera-se criar, assim, progressivamente, entre pesquisadores e produtores uma relação de tipo "mutualista" e não "parasítica" ou de "competição", se nos é permitido, aqui, usar a terminologia dos ecologistas (ODUM 1993).

Na medida em que se trata de construir uma relação nova entre grupos sociais específicos, não podemos esperar uma metodologia universal ou um conjunto de "receitas". Devemos levar em consideração técnicas de criatividade e sistematização de experiências práticas do dia-a-dia da pesquisa-ação (THIOLLENT 1992). Neste caso, se por um lado a interdisciplinaridade da equipe ainda está construindo um referencial comum, por outro lado ela permite investigar as várias dimensões de uma parceria desta natureza. A relação entre a equipe de pesquisa e a organização de produtores também está se construindo progressivamente, na base de experiências comuns.

- A importância da negociação permanente

Os objetivos e as propostas dos pesquisadores podem coincidir só em parte com os objetivos e as propostas dos produtores e das suas organizações. A negociação permanente aparece então como um fator essencial de definição de um programa comum que poderá satisfazer as várias partes. Nessa negociação, não se pode perder de vista que existem vários níveis de compromisso dentro das organizações e que não existe uma homogeneidade dos agricultores nem uma representação perfeita das bases pelas lideranças. Uma análise sócio-política das organizações

de produtores deve então fazer parte do programa de pesquisa "básica".

É importante notificar aqui que o convênio entre o LAET e o MPST é definido como "uma parceria privilegiada", deixando o LAET livre para outras colaborações eventuais, na medida em que estas respeitem o objetivo geral do PAET. O LAET, em particular, sempre deixou claro que não pode se envolver na política partidária, e deixaria de participar em qualquer atividade deste caráter. Também, se prioriza sempre atividades que possam atingir todos produtores familiares da região, independentemente das suas características políticas ou religiosas. Essa autonomia dos parceiros que reconhece e valoriza as diferenças entre pesquisadores e produtores, em vez de tentar criar uma falsa homogeneidade, nos parece um elemento importante no estabelecimento de um diálogo construtivo. Cria-se uma relação dialética, com momentos de crise e de contradição, mas também de satisfação mútua, que permite uma maturação progressiva do relacionamento.

- A importância da transparência e da confiança

Uma das condições fundamentais desse amadurecimento é o reconhecimento pelos parceiros da importância de manter transparência recíproca sobre os projetos e atividades de ambas as partes. Tem que se esclarecer que essa troca de informação não significa uma tentativa de controlar ou impor a sua visão para o outro, mas sim de evitar esforços contraditórios. Para isso, é importante reafirmar também o princípio da soberania de decisão de cada um, os trabalhadores mantendo a sua "hegemonia" no Movimento e os pesquisadores no LAET. Dada a maior facilidade em falar em público e manipular abstrações que sempre foram usadas historicamente, pelos intelectuais, técnicos e "assessores" para impor a sua dominação ou enganar aos trabalhadores, parece importante deixar a coordenação do MPST fazer as suas próprias discussões e tomar as suas decisões sem a presença dos pesquisadores, mas ficando à disposição para comparecer e responder às perguntas em determinados momentos.

3.2 Importância das organizações de produtores na perspectiva do desenvolvimento sustentável

Com base em uma primeira avaliação dos resultados do programa, parece que já se tem elementos que confirmam a validade da escolha

inicial de trabalhar com as organizações de produtores.

- A representatividade das organizações de produtores

Um dos aspectos que mais se questiona na pesquisa participativa é se as organizações de produtores são de fato representativas. Esse é um dado importante na discussão, haja vista que são essas organizações as condutoras de uma proposta de desenvolvimento. Para o LAET é importante que o resultado da pesquisa atinja o maior número de agricultores, independente de sua condição partidária ou religiosa, contudo não se pode negar que o MPST tem uma origem (como diversas organizações populares no Brasil) influenciada pela Igreja Católica e que grande parte de suas lideranças formaram-se, ou nas comunidades eclesiais de base ou em cursos de lideranças promovidos por essa Igreja.

Um outro aspecto é também muito presente nas organizações: a dimensão partidária, tanto na constituição de suas bases, como na institucionalização das lideranças, com sua eventual participação nos quadros políticos deixando, muitas vezes, as organizações desfalcadas de suas lideranças.

A questão da representatividade das organizações não se esgota nas dimensões citadas acima, é claro que, para a pesquisa, a diversidade cultural, religiosa e partidária dos agricultores da Transamazônica não se acha proporcionalmente representada no conjunto das organizações. Podemos citar, como exemplo, o resultado do diagnóstico agrônomico realizado pelo LAET que aponta os plantadores de cacau como extremamente ativos no interior das organizações, porém eles só representam 20% dos agricultores da região.

Do ponto de vista do LAET a questão prioritária que se coloca é se essas organizações representam um projeto político para o futuro e é um projeto que possa articular as demandas específicas da região com um projeto mais global para a sociedade, permitindo a interferência da população nas decisões a serem tomadas.

Se o objetivo da pesquisa participativa era unicamente de desenvolver tecnologias mais adaptadas, ao nível dos estabelecimentos familiares, poder-se-ia questionar a necessidade de trabalhar com as organizações de produtores existentes (BEBINGTON et al 1994). De um lado, o fato de trabalhar com grupos organizados facilita a preparação das ações-teste e a difusão dos seus resultados. Do outro lado, se pode questionar a representatividade desses grupos em relação ao conjunto

dos agricultores da região, correndo-se o risco de trabalhar com um tipo particular de produtores.

A partir do momento em que o objetivo do PAET envolve o conjunto da agricultura familiar em nível regional e pretende apoiar o desenvolvimento sustentável, a discussão muda profundamente. A questão técnica representa apenas um dos elementos que vai influir na evolução da pequena produção. O "metasistema" tem uma influência fundamental, particularmente importante no caso da Transamazônica: as políticas de preço, de crédito, de manutenção das infra-estruturas têm, provavelmente, mais peso na determinação do futuro da região (por ser uma região particularmente isolada) que a questão tecnológica propriamente dita. Em conseqüência, é de fundamental importância trabalhar essas questões com as organizações e instituições que têm um certo peso na discussão dessas políticas e, o Movimento, certamente apresenta essa característica.

- A gestão dos recursos naturais: um novo exercício de cidadania

Outro fator fundamental: quando se trata da questão ecológica (no sentido amplo), se refere a gestão sustentável dos recursos naturais em uma área de fronteira. É bem claro que se trata de uma contradição entre interesses individuais de curto prazo, e o interesse coletivo, de longo prazo. Têm duas possibilidades para enfrentar essa contradição: a via autoritarista (imposição de normas pelo poder público, contra a vontade da maioria da população), que foi, de uma certa forma, exemplificada pelas primeiras campanhas do IBDF; ou a via da negociação e da conscientização, pelo qual se tenta iniciar, dentro da população interessada, um debate sobre o seu próprio futuro, a partir do qual se pode chegar a um certo consenso sobre o possível e o desejável. A partir desse consenso, a intervenção das instituições públicas para fazer respeitar a regra do jogo e evitar o paradoxo do "free rider" se torna essencial, conforme demonstrado pelos estudos dos economistas institucionais (ORSTROM 1990). Dentro de um contexto democrático e da aspiração da juventude por uma nova cidadania, nos parece que essa segunda via é mais desejável e mais viável também. É fundamental, dentro dessa perspectiva trabalhar com organizações de produtores e da sociedade civil que compartilham essas preocupações e têm a capacidade de iniciar esse debate em suas bases. É importante também envolver o máximo possível de instituições locais e nacionais, que vão ter um papel fundamental para transformar

essas propostas em realidades. Pouco importa, nessa perspectiva, se as organizações com que se trabalha representam 5 ou 10 % dos produtores, mas sim se elas realmente priorizam o interesse coletivo e a longo prazo. Não há regras fixas nem resposta definitiva: a parceria privilegiada (cada um com o seu olhar crítico) parece a melhor forma de caminhar.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALVES, J., SIMÕES, A., PARALIEU, N. Diagnóstico preliminar da região de Anapu. s. l.: LAET. 1993.
- ASHBY, J. Methodology for the participation of small farmers in the design of on-farm trial. *Agr. Administration*. v. 22, p 1-19, 1986.
- BEBINGTON, A. J, MERRIL-SANDS, D., FARRINGTON, J. Farmers and community organisation in agricultural research and extension: functions, impacts and questions. In: SYMPOSIUM INTERNATIONAL: RECHERCHES-SYSTÈME EN AGRICULTURE ET DÉVELOPPEMENT RURAL, 21-25 Nov 1994. Montpellier. CIRAD/SAR.
- BELLON, S., MONDAIN-MONVAL, J. F., PILLOT, D. Recherche développement et farming system research, à la quête de l'opérationnalité. In: SYSTÈMES DE PRODUCTIONS AGRICOLES CARIBÉENS ET ALTERNATIVES DE DÉVELOPPEMENT. Point à Pitre: DAC/UAG, 1985. pp. 467-485.
- BORY, A., PAUL, J. L. Reflexão sobre as sinergias entre a pesquisa-desenvolvimento e a pesquisa agrônômica clássica. In: SEMINÁRIO AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMAZÔNIA ORIENTAL. Atas. SACAD - UAG. 1991. p. 353-366.
- BRANDÃO, C. R. Identidade e etnia: o diferente é o outro. São Paulo: Brasiliense, 1986. 82 p.
- BURSZTYN, M. org. Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993. pp. 145-159.

- CHAMBERS, R., PACEY, A., THRUPP, L. A. eds. *Farmers first: farmer innovation and agricultural research*. London: Intermediate Technology Publication, 1989. 219p.
- CONFERÊNCIA MUNICIPAL URUARENSE SOBRE PROJETOS ECONÔMICOS ALTERNATIVOS, 1ª. Relatório final. Altamira, 10 a 13 de março 1994. Altamira: LAET.
- CONWAY, G. R. Agroecosystems analysis. *Agricultural Administration*. v. 20, p. 31-35, 1987.
- DRINKWATER, M. Knowledge, consciousness and prejudice: Adaptive agricultural research in Zambia. In: "Beyond Farmer first". I Scoones, J. Thompson (eds). London: Intermediate Technology Publication, 1994.
- HEBETTE, J. O Movimento pela sobrevivência na Transamazônica - passado e futuro, glórias e desafios, contribuição a debate lançado pela palestra de Paulo Medeiros, "A história não se repete". Folheto. Belém: s. ed., 1994. 7 p.
- LAET-MPST, Relatório do Seminário "Pesquisa Agroambiental na Região da Transamazônica". Altamira. 26 a 28 de agosto 1993.
- LAET-MPST, Relatório do 1º Seminário de planejamento estratégico do PAET. Doc. interno. Altamira. 12 a 14 de agosto 1994.
- LAET-MPST, Relatório do 2º Seminário de planificação estratégico do PAET. Doc interno. Altamira. 3 a 5 de outubro de 1994.
- LONG, N., VILLAREAL, M. The interweaving of knowledge and power in developments interfaces. in "Beyond Farmer first". I Scoones, J. Thompson (eds). London: Intermediate Technology Publication, 1994.
- MERRIL SANDS, D., COLLION, M. H. Making the farmers voice count: issues and opportunities for promoting farmer-responsive research. *Journal for Farming System Research-Extension*. v. 4, nº 1, p.139-161, 1993.

- MPST. Projeto global de desenvolvimento da Região Transamazônica, Trecho Repartimento-Rurópolis, cartilha acampamento 30 de maio a 7 de junho 1991. Altamira. 32 p.
- MPST. Breve histórico do Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica. Folheto. Altamira: 1993. 7 p.
- O'BRIEN, W. E., FLORA, B. C. Selling agricultural development vs selling out rural communities: Empowerment and control in Indigenous Knowledge discourse. Agriculture and Human Values. Spring, 1992.
- ODUM, E. P. Ecology and our endangered Life-support Systems. Sinauer Ed. Sunderland, 1993.
- ORSTROM, E. Governing the commons: the evolution of institutions for collective action. New York: Camb. Univ. Press, 1990
- PILLOT, D. Recherche-développement et farming system research: concepts, approches et méthodes. Réseau Recherche-Développement, 1987. 39 p.
- RHOADES, R. E., BOOTH, R. Farmer-Back-to-Farmer: A model for generating acceptable technology. Agric. Adm. 11p. 127-137, 1982.
- SCHAFF, A. O mundo do desenvolvimento. São Paulo: Difel, 1983.
- THIOLLENT, M. Organização do trabalho intelectual e novas tecnologias do conhecimento. In: SEMINÁRIO "DESENVOLVIMENTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DA ENGENHARIA DE CONHECIMENTO". Brasília: s. ed., 1992.

